

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.790 - DF (2020/0257860-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : PAULO HENRIQUE MOREIRA CAMPOS
ADVOGADO : EVERALDO ALVARENGA LAGE - MG109174

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por UNIÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
AFASTAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE
FORMAÇÃO PARA DELEGADO DA POLÍCIA CIVIL DO
ESTADO DE MINAS GERAIS SEM PREJUÍZO DA
REMUNERAÇÃO POSSIBILIDADE PRECEDENTES
DESTA CORTE.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, alega violação do art. 20, § 4º, da Lei n. 8.112/90 e do princípio da legalidade, no que concerne à vedação de licença a servidor público federal, com opção pela remuneração do respectivo cargo, para participar de curso de formação em cargo Municipal, Estadual ou Distrital, diante da ausência de previsão legal, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Dispõe o art. 20, § 4º da Lei 8.112/1990 que:

"Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96, bem assim afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal".

Sendo assim, a parte impetrante não possui o direito obtido pela decisão judicial ora impugnada, pois os termos legais proíbem servidor público federal de se afastar do seu cargo para curso em outro cargo das esferas estadual, distrital e municipal.

Aqui as normas que vedam o direito perseguido pela parte autora são implícitas.

O legislador, ao permitir o afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal está, simultaneamente, proibindo o afastamento nas mesmas condições se o cargo for das esferas estadual, distrital ou municipal (fls. 270/271).

Sendo razoável a citada vedação, está presente a justificativa que permite a distinção de tratamento nas hipóteses de afastamento entre cursos para cargos federais e os das esferas estadual, distrital e municipal. Nesse contexto, não é adequado invocar o princípio da isonomia para fundamentar o direito do impetrante, pois está presente um dado concreto, relevante, razoável e legal que viabiliza o tratamento distinto entre as hipóteses ventiladas.

Assim, diante dos dois princípios que foram colocados em colisão (legalidade e isonomia), deve prevalecer, no caso concreto em análise, o primeiro deles (legalidade), por dois motivos fundamentais: 1) na Administração Pública somente se pode fazer o que a lei permite, sendo proibido tudo o que não estiver na lei (art. 37, caput, da Constituição Federal) e existe norma legal proibindo o afastamento da impetrante na hipótese em análise (art. 20, §4º da Lei 8.112/90); 2) existe um elemento concreto – a preservação da continuidade dos serviços federais – para justificar a proibição de afastamento quando não seja para curso de formação em outro cargo federal, o que retira a aplicação do princípio da isonomia do caso em análise (fls. 272/273).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

O servidor público federal, ainda que em estágio probatório, tem direito de afastar-se do exercício do cargo para participar de curso de formação profissional para provimento de cargo público estadual, municipal ou distrital, sem prejuízo de sua remuneração, sob pena de afronta ao princípio da isonomia (fl. 242).

Da análise dos autos, percebe-se que há fundamento constitucional autônomo no acórdão recorrido e não houve apresentação do devido recurso ao Supremo Tribunal Federal.

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 126/STJ, uma vez que é imprescindível a interposição de recurso extraordinário quando o acórdão recorrido possui, além de fundamento infraconstitucional, fundamento de natureza constitucional suficiente por si só para a manutenção do julgado.

Nesse sentido: “[...] firmado o acórdão recorrido em fundamentos constitucional e infraconstitucional, cada um suficiente, por si só, para manter inalterada a decisão, é ônus da parte recorrente a interposição tanto do Recurso Especial quanto do Recurso Extraordinário. A existência de fundamento constitucional autônomo não atacado por meio de Recurso Extraordinário enseja aplicação do óbice contido na Súmula 126/STJ”. (AgInt no AREsp

Superior Tribunal de Justiça

1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: REsp 1.684.690/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe de 16/4/2019; AgRg no REsp 1.850.902/MT, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 29/6/2020; REsp 1.644.269/RS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 7/8/2020; AgRg no REsp 1.855.895/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020; AgInt no AREsp 1.567.236/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 4/6/2020; AgInt no AREsp 1.627.369/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/6/2020.

Ademais, não é cabível a interposição de recurso especial fundado na ofensa a princípios, tendo em vista que não se enquadram no conceito de lei federal.

Nesse sentido: “O art. 105, III, 'a', da CF, ao dispor acerca da interposição de recurso especial, menciona a ocorrência de violação à lei federal, expressão que não inclui os princípios”. (AgInt no AREsp n. 826.592/RS, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 13/6/2017.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.304.346/SP, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 08/4/2019; AgRg no REsp 1.135.067/SC, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 09/11/2015.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente